



## Saúde Mudanças nos preços dos remédios só a partir de Julho

# Pacote do medicamento entra em vigor mas por enquanto tudo continua igual

Os efeitos das mudanças nas regras de comparticipação dos remédios só vão fazer-se sentir mais tarde. Ministério da Saúde ainda tem de aprovar e publicar uma portaria

Alexandra Campos

● O novo pacote do medicamento, que inclui a alteração das regras de comparticipação estatal, entra hoje teoricamente em vigor, mas as farmácias e a indústria farmacêutica ainda não receberam indicações da tutela sobre a forma como devem operacionalizar as alterações. Ou seja, falta a regulamentação, sem a qual, na prática, a lei não pode ser aplicada.

Por isso os efeitos da revolução anunciada em Março pela ministra da Saúde, Ana Jorge, apenas se vão fazer sentir mais tarde. A maior parte, a partir de 1 de Julho, prevê o presidente da Associação Portuguesa de Genéricos (Apogen), Paulo Lilaia, até porque a revisão anual de preços, prevista para Abril, foi adiada devido à entrada em vigor deste diploma. Só a partir de 1 de Julho é que os cidadãos começarão a notar a diferença de preços dos remédios nas farmácias.

“Para já, está tudo em banho-maria”, explica o professor de Farmácia e farmacêutico Hipólito Aguiar. Ontem, o Ministério da Saúde apenas admitiu que ainda é necessário aprovar e publicar uma portaria.

### Pressionar médicos

O decreto-lei publicado em 13 de Maio em *Diário da República* introduz alterações profundas que visam incentivar o consumo de genéricos e diminuir a factura do Serviço Nacional de Saúde.

Logo à cabeça, é mudada a fórmula de cálculo da comparticipação. Passa a ser um valor fixo e não uma percentagem do valor do medicamento, como até agora acontecia. O problema é que, se os médicos não receírem os fármacos mais baratos, as pessoas passam a pagar mais pelo mesmo medicamento. Caberá aos doentes fazer pressão sobre os médicos.

Outra alteração passa pela redução dos preços de referência (a comparticipação estatal é definida com base no preço de referência, que é o do genérico mais caro de uma mesma molécula). Em 2008, quando baixou o preço dos genéricos em 30 por cento, o Governo decidiu manter os anteriores preços de referência, para que os utentes não fossem prejudicados. Se as empresas não diminuírem os preços, o diferencial será pago pelos doentes. “Os doentes vão pagar mais, não pelo facto de o preço dos medicamentos aumentar, mas porque o valor da comparticipação diminuiu”, explica Graça Pereira Lopes, da Associação Portuguesa de Farmácias.

Também os pensionistas com rendimentos mais baixos - para quem

Governo pretende poupar 80 milhões de euros até ao final deste ano



RUI GAUDÊNCIO

todos os genéricos eram grátis desde Julho de 2009 - vêem este benefício agora restringido apenas aos cinco medicamentos mais baratos disponíveis no mercado.

Para promover os genéricos e provocar uma baixa de preços, o diploma

prevê a redução do prazo de decisão de comparticipação e estipula que um novo medicamento cuja substância activa já exista no mercado deve ter um preço inferior em 5 por cento ao mais barato.

“Não se pretende gastar menos,

mas sim gastar melhor”, garante o decreto-lei. Ainda assim, com este conjunto das medidas, o Estado pretende poupar 80 milhões de euros até ao final de 2010. O certo é que a despesa com a comparticipação de medicamentos está a crescer bem

acima do orçamentado, o que pode levar o ministério a ter que avançar com mais medidas, nomeadamente reduções administrativas do preço dos fármacos. Em 2009, a factura do SNS com comparticipações totalizou 1586 milhões de euros.

### Apogen alerta para problemas de produção

## Medicamentos comparticipados podem vir a esgotar

● As novas regras de comparticipação de medicamentos podem vir a provocar problemas de produção para as farmacêuticas e até fazer com que os fármacos gratuitos para os pensionistas de baixos rendimentos esgotem nas prateleiras. O alerta é deixado por Paulo Lilaia, presidente da Associação Portuguesa de Genéricos (Apogen), que diz que o problema está no desfasamento entre o tempo de espera pelos produtos (quatro a cinco meses) e a necessidade de rever os preços trimestralmente.

“Se uma farmacêutica conseguir estar entre os cinco preços mais baixos, é natural que as suas vendas aumentem significativamente, mas poderá não ter *stock* suficiente para isso e também já não tem tempo de pedir mais, porque as encomendas demoram quatro a cinco meses a chegar. Ou seja, quando os fármacos chegarem, a empresa pode já não ser a que faz os preços mais baixos”, alerta Paulo Lilaia.

Para o presidente da Apogen, isso poderá fazer com que os fármacos

que são totalmente comparticipados falem no mercado, obrigando os pensionistas a voltar-se para soluções mais caras.

Por outro lado, se uma empresa não tiver os seus fármacos entre aqueles

O problema está no desfasamento entre o tempo de espera pelos produtos e a necessidade de rever os preços trimestralmente

que são comparticipados, poderá ter tendência a baixar significativamente os preços “de forma suicida” para escoar a produção e evitar prejuízos maiores. Outro receio é que possa vir a haver concertação de preços entre as farmacêuticas, uma opção que a Apogen considera pouco provável, devido ao elevado número de empresas que concorrem no mercado.

O PÚBLICO pediu um comentário ao Ministério da Saúde, mas não foi possível obter uma resposta até ao fecho desta edição. **Ana Rita Faria**